

O NEGRO, O MERCADO DE TRABALHO E A ESCOLA

CAMPOS, Mauricio de Almeida – UFMT – maucampos@superig.com.br

GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Desde o fim da escravidão o negro enfrenta barreiras a sua ascensão social e até mesmo a sua sobrevivência. Se por um lado a abertura das senzalas representou a realização dos sonhos de liberdade de cada negro cativo, por outro, representou também o início de toda a exclusão social reservada a essa parcela da sociedade até os dias de hoje. Embora a desigualdade racial esteja presente de várias formas na sociedade brasileira atualmente, é no mercado de trabalho que se expressa com clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios. Fatores aparentemente objetivos tornam-se, no mercado de trabalho, requisitos que hierarquizam as diferenças naturais entre trabalhadores e, no caso do Brasil, colocam os negros em desvantagem em relação aos não-negros. Neste quadro, as exigências referentes à escolaridade têm desempenhado papel relevante.

A educação profissional, particularmente, situa-se na conjunção de direito à educação e do direito ao trabalho. Se for eficaz, na análise de Franco et al. (2004, p. 72) para aumentar a laborabilidade, contribui para a inserção bem-sucedida no mercado de trabalho, ainda que não tenha poder, por si só, para gerar emprego.

Os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFETMT) capacitam alunos em nível médio e superior, e atende alunos oriundos das escolas públicas e privadas dos municípios do Estado de Mato Grosso como, também, os advindos dos outros Estados brasileiros. A missão do ensino profissionalizante é formar egressos dos cursos técnicos e tecnólogos que estejam preparados para atuar em vários segmentos de trabalho na sociedade. É neste contexto que procurarei desenvolver o trabalho de pesquisa no curso de Mestrado em Educação oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação, identificando o espaço profissional alcançado pelos alunos negros, egressos do curso de eletrotécnica.

Este estudo relaciona a formação técnica dos alunos, a sua categoria de raça/cor e o processo discriminatório do negro no mercado de trabalho. É a primeira iniciativa com intuito de promover discussões étnico-raciais no CEFETMT.

São latentes os obstáculos encontrados pelos alunos no trabalho - como as habilidades e competências adquiridas, legalidade do registro no CREA-MT, incompatibilidade de aliar estudo e trabalho, inflexibilidade das empresas, heterogeneidade dos trabalhos e postos de trabalho, alta taxa de rotatividade e desemprego, informalidade, idade e sexo - principalmente para os negros e as mulheres, onde o direito ao trabalho passa, antes da capacidade profissional pela cor da pele e pela determinação do sexo. A discriminação do negro no mercado de trabalho é um fato que perdura há longa data, como confirma Iolanda de Oliveira (p.43): “Analisando o problema da cor na força do trabalho em anos recentes, 1982 e 1987 a 1990 a partir de dados do IBGE, percebo que a condição de inferioridade dos afro-descendentes se mantém ao longo dos anos”.

O registro e análise da cor/raça da mão de obra empregada e desempregada se constituem assim em importante instrumento político para a percepção de práticas sociais de exclusão ou inclusão de grupos discriminados socialmente.

Na análise dos dados do Diesse/Ipea, por Jaccoud e Berghin (2002) concluem que: "O aspecto mais perverso da discriminação se dá principalmente nos processos de promoção ou mobilidade para cargos de chefia, liderança ou comando, que têm maiores responsabilidades, visibilidade e remuneração", e finalizam: “a proporção de assalariados negros e não-negros em ocupações de direção e chefia mostram níveis de desigualdade de oportunidades, além de variações regionais”.

Devido ao elevado grau de desigualdade no país, a entrada no mercado de trabalho não é uma preocupação a todos os jovens com a mesma intensidade. De fato, para os mais pobres e inclusive ser negro, a entrada no mercado de trabalho provavelmente ocorre antes do período da juventude.

A educação, segundo Henriques, (2001, p.26), tem sido apontada como um dos principais fatores explicativos da desigualdade de rendas em nosso país. Alguns estudos sobre desigualdade racial no interior do mercado de trabalho também identificam a educação como fator explicativo da desigualdade racial.

Em Mato Grosso, segundo Pereira e Muller (2001, p.6), a escolaridade média de uma pessoa branca é hoje de 6,8 anos, enquanto a do negro é de 5,1 anos. Se nada for feito em termos de ação afirmativa, estimativas realizadas revelam que somente daqui a 20 anos os negros alcançarão a média de escolaridade alcançada hoje pelos não negros.

Tendo os egressos do curso de eletrotécnica no CEFETMT como sujeito e a sua inserção ao mercado de trabalho como objeto desta pesquisa, partiremos da idéia de que a questão racial é um forte determinante que gera diferenças no âmbito do trabalho, como fala Iolanda de Oliveira (1999, p. 36), “A raça é um fator determinante do padrão de vida, sendo comprovada a situação de inferioridade da população negra e mestiça na habitação, no trabalho, na educação, em relação à saúde, à expectativa de vida e aos índices de mortalidade infantil”.

Uma justificativa para esse comportamento, que tem se acentuado, é que o contexto recente de elevado desemprego propiciou o crescimento de exigências quanto ao nível de instrução para preenchimento de postos de trabalho. Esta crescente demanda de escolaridade, nem sempre justificável para o desempenho das funções, corroborou a expulsão do mercado de trabalho dos menos escolarizados.

Menor escolaridade e maior presença dos negros em famílias de baixa renda resultam em uma combinação desfavorável para parte dessa população: a situação de pobreza das famílias chefiadas por negros acaba por interferir na vida escolar dos seus membros, que, muitas vezes, são obrigados a deixar os estudos mais cedo para buscar uma colocação no mercado de trabalho ou tentar conciliar estudo e trabalho.

Esta pesquisa refere-se ao estudo piloto da trajetória de alunos negros egressos do curso de eletrotécnica do CEFET-MT; teve seu marco na identificação e localização dos alunos, verificando os arquivos deste estabelecimento de ensino. Essa primeira etapa da pesquisa foi realizada na Secretaria Geral de Documentação Escolar (SGDE), onde ficam arquivadas as pastas que contém as fichas da primeira matrícula dos alunos no CEFETMT, com cópias dos documentos pessoais, tais como: carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento, carteira de reservista (no caso do sexo masculino), histórico escolar, certificado de conclusão do ensino médio e foto 3x4.

Esses documentos foram à única forma de obter informações sistematizadas sobre a trajetória escolar dos alunos, bem como verificar sua cor através da foto 3x4. A foto constitui nas fichas um instrumento da maior relevância, uma vez que essas fichas não contem a identificação da cor dos alunos. O sujeito desta pesquisa por ser negra encontra-se na gradação de cor sugerida por Teixeira (2003, p. 36-37) quais sejam: preto, mulato e pardo.

As fichas elaboradas pelo pesquisador foram preenchidas a partir dos documentos dos alunos formados em 2005, contendo os seguintes dados: Número

de Matrícula; Nome; Cor; Naturalidade; Data de Nascimento; Idade; Sexo; Tipo de Rede de Ensino; Anos no Ensino Médio; Ano e Idade de Ingresso no CEFETMT.

Após levantamento e análise dos dados desenvolveu-se a pesquisa em profundidade localizando estes egressos através dos seus cadastros, não obrigatórios, na Gerência de Relações Empresariais e Comunitárias. O critério de seleções dos mesmos teve por base alunos negros que atuam no mercado de trabalho exercendo ou não as habilidades adquiridas.

Dentre os dez alunos entrevistados todos se consideraram negros; todos encontraram dificuldades de inserção no mercado de trabalho citando, principalmente, falha no repasse dos conteúdos pelos professores, dificuldade em assimilar os conteúdos propostos em consequência da sua má formação no ensino médio e, para a prática, os laboratórios estão todos sucateados; um (01) passou no vestibular na área de humana; quatro (04) foi contratado após estágio, porém não pensa em continuar os estudos; dois (02) não estão exercendo atividades na área, estão voltados para economia informal, dois (02) são autônomos e reclamam da concorrência desleal no mercado de trabalho e um (01) não encontrou trabalho.

Foram analisados, também, alguns fatores de inclusão social como o grau de satisfação com a função que desempenha nas empresas ou como autônomo; a oportunidade de estudar, aperfeiçoar e assumir posição de comando e/ou liderança. Verificou-se que para os que têm emprego fixo, estão razoavelmente satisfeitos com o trabalho, tendo em vista o que ganha dá para o sustento da família e não tem projeto de continuar os estudos dentre estes, um teve promoção e tem relação amistosa com seu chefe imediato e superior que é branco, disse ele. Todos entrevistados, após estágio constituíram família e encontraram dificuldade de prosseguir nos estudos.

Resultados obtidos

Todos afirmam, categoricamente, que o CEFETMT precisa reafirmar seus propósitos quanto da inserção do aluno negro no mercado de trabalho criando mecanismo de incluir a política de cor no plano didático pedagógico.

Que a política excludente das empresas que acolhem nossos alunos dá a oportunidade de estudo reduzindo a carga horária/atividade e conseqüentemente o rendimento mensal do servidor. Falta ética na relação de trabalho autônomo. Alguns não conseguiram continuar seus estudos, por incompatibilidade das atividades trabalho x escola.

É de consenso dentre os pesquisados que o CEFETMT deve, urgentemente, adotar a política de cotas para a inserção social da classe desfavorecida, principalmente a negra e que deve redemocratizar a versão da política de cor entre os professores, pois alguns dão exemplos em sala de aula com qualquer assunto, referindo-se aos negros de maneira pejorativa e jocosa.

No ambiente de trabalho existem as piadas que são aceitas e veladas para não causar constrangimento e perpetuar a “harmonia” entre as categorias raciais.

Pelo direcionamento na formação do técnico e tecnólogo para o mercado de trabalho, o CEFETMT deve interferir na formação dos alunos oriundos do ensino médio das escolas públicas devendo, também incentivar a continuidade dos estudos após formação técnica, em nível de graduação.

O CEFET-MT deve promover encontros escola-empresa-comunidade para aproximar as ações que interferem nas relações de trabalho dos alunos.

Referências Bibliográficas:

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo:Hucitec,1999.

DIEESE, Estudo e Pesquisa, A população negra em mercados de trabalho metropolitanos, ano I – Nº. 3, nov/2004.

FRANCO, Maria Laura P.Barbosa et al. Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual-Campina/SP; Autores Associados. 2004.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Rio de Janeiro. IPEA, 2001.

JACCOUD, Luciana de Barros/ BEGHIN, Nathalie. Desigualdades Raciais no Brasil. Um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda. Desigualdades Raciais: Construções da Infância e da a em mercados de trabalho metropolitanos, ano I – Nº. 3, nov/2004.

PEREIRA, Rosângela Saldanha/ MULLER, Maria Lúcia Rodrigues, Bem-estar e Desigualdade Racial em Mato Grosso, NEPRE, UFMT, 2001.

TEIXEIRA, Moema de Poli. Negros na Universidade: Identidade e Trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

